

Osmar Fabiano de **SOUZA FILHO*** 

Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil

osmar.fabiano1002@gmail.com

Nathalia Moraes **MARCOLIN*** 

Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil

nathalia.moraes@uel.br

Léia Aparecida **VEIGA*** 

Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil

leia.veiga@uel.br



A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: A THE BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI) COMO ALTERNATIVA AO IMPERIALISMO OCIDENTAL

The Construction of an Alternative Globalization: The Belt and Road Initiative (BRI) as an Alternative to Western Imperialism

La construcción de otra globalización: la Iniciativa de la Franja y la Ruta (BRI) como alternativa al imperialismo occidental

RESUMO

Os estudos sobre a China têm conquistado cada vez mais espaço no debate público brasileiro. A economia chinesa, na contramão do mundo Ocidental, tem crescido em níveis superiores pós-1980, apresentando elevados ganhos de produtividade e desenvolvendo suas forças produtivas. Assim, o desenvolvimento técnico e o acúmulo de capital impõem à China desafios tão grandes quanto suas conquistas recentes. Nesse contexto de superacumulação, a expansão das áreas de atuação do capital chinês em outros países tem sido realizada com vista a superar os entraves ao seu desenvolvimento, como ilustra o caso da *Belt And Road Initiative* (BRI). Nesse sentido, o trabalho busca compreender a materialidade dessa iniciativa e tem como objetivo problematizá-la como uma forma de globalização com caráter anticolonial em oposição ao promovido pelo Ocidente. Sendo uma pesquisa teórica, o texto se apoia em referências bibliográficas acerca da temática. A justificativa se dá pela centralidade que a China ocupa na economia global e na balança comercial com o Brasil, reforçando a importância de conhecermos mais sobre essa formação econômico-social. Os resultados preliminares indicam que a BRI tem promovido uma globalização baseada em princípios distintos daqueles praticados pelo Ocidente e que se coloca como alternativa para os países do Sul Global.

Palavras-chave: iniciativa cinturão e rota; globalização anticolonial; China; ordem multipolar.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2023), possui licenciatura (2019) e bacharel (2022) em Geografia. Também, é especialista no ensino de Geografia (2021) pela mesma instituição.

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Londrina.

ABSTRACT

Studies on China have increasingly gained ground in Brazilian public debate. The Chinese economy, in contrast to the Western world, has grown at higher levels since the 1980s, showing significant productivity gains and developing its productive forces. Thus, technical development and capital accumulation pose challenges to China as significant as its recent achievements. In this context of overaccumulation, the expansion of Chinese capital into other countries has been a strategy to overcome obstacles to its development, as exemplified by the Belt and Road Initiative (BRI). This work aims to understand the material basis of this initiative and seeks to problematize it as a form of globalization with an anti-colonial character, in opposition to that promoted by the West. As a theoretical research, the text is supported by bibliographic references on the subject. The justification lies in the central role China plays in the global economy and in its trade relations with Brazil, highlighting the importance of understanding this economic and social formation. Preliminary findings indicate that the BRI has promoted a form of globalization based on principles different from those practiced by the West and that it presents itself as an alternative for countries of the Global South.

Keywords: belt and road initiative; anticolonial globalization; China; multipolar order.

RESUMEN

Los estudios sobre China han ganado cada vez más espacio en el debate público brasileño. La economía china, a contracorriente del mundo occidental, ha crecido a niveles superiores desde la década de 1980, presentando importantes incrementos de productividad y desarrollando sus fuerzas productivas. De este modo, el desarrollo técnico y la acumulación de capital imponen a China desafíos tan grandes como sus conquistas recientes. En este contexto de sobreacumulación, la expansión del capital chino hacia otros países se ha realizado con el objetivo de superar los obstáculos a su desarrollo, como lo ilustra la Iniciativa de la Franja y la Ruta (BRI). En este sentido, el trabajo busca comprender la materialidad de dicha iniciativa y tiene como objetivo problematizarla como una forma de globalización con carácter anticolonial, en oposición a la promovida por Occidente. Siendo una investigación teórica, el texto se apoya en referencias bibliográficas sobre la temática. La justificación se basa en la centralidad que ocupa China en la economía global y en la balanza comercial con Brasil, lo que refuerza la importancia de conocer más sobre esta formación económico-social. Los resultados preliminares indican que la BRI ha promovido una globalización basada en principios distintos a los practicados por Occidente y que se presenta como una alternativa para los países del Sur Global.

Palabras-clave: iniciativa del cinturón y ruta; globalización anticolonial; China; orden multipolar.

INTRODUÇÃO

Impulsionada por um conjunto de reformas bem como por ações desenvolvidas e controladas pelo Partido Comunista da China (PCCh) desde o final dos anos 1970 e se intensificadas no pós-1980, a China, passou de uma economia periférica para uma das principais potências econômicas globais. Esse crescimento acelerado não apenas promoveu o desenvolvimento de suas forças produtivas e de sua base tecnológica — nas quais a ela alcançou a fronteira do conhecimento em várias áreas — como também resultou em um expressivo acúmulo de capital.

Ao consolidar-se como a "fábrica do mundo", o governo socialista chinês teve de enfrentar questões relacionadas à superacumulação de seus capitais, o que trouxe a necessidade de expansão das fronteiras econômicas de sua atuação visando encontrar novas áreas de investimento ao redor do mundo. Nesse processo, foi criada em 2013 a Belt and Road Initiative (BRI), em português Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR), como uma estratégia central para a atuação desse capital chinês em escala global.

Com isso em vista, o objetivo deste artigo é problematizar a BRI como uma alternativa de globalização de viés anticolonial, desafiando o modelo tradicional promovido pelo Ocidente¹. Historicamente, sobretudo pós-1980, a globalização ocidental impulsionada pelas grandes corporações capitalistas desses países e por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), impuseram aos países do Sul Global² restrições políticas e econômicas perpetuando uma relação de dependência.

A BRI, ao contrário, apresenta-se como uma proposta de cooperação baseada no desenvolvimento mútuo, com ênfase no investimento em infraestrutura e em uma abordagem de win-win, no qual tanto a China quanto seus parceiros econômicos se beneficiariam do crescimento conjunto. Assim, este estudo engloba essa materialidade da BRI, suas implicações para o cenário mundial e como seus investimentos levaram desenvolvimento técnico e econômico para os países membros.

¹ Consideramos como Ocidente e países Ocidentais, o grupo político de países que conjunto de países capitalistas centrais que consolidaram um padrão hegemônico de dominação global sob liderança dos Estados Unidos. Trata-se de uma construção político-histórica, e não geográfica, que engloba os países da Europa Ocidental (Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, entre outros), os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, o Japão e aliados como Israel e Coreia do Sul. A hegemonia desses países se materializa por meio de instituições internacionais, alianças militares (como a OTAN), sanções econômicas, controle tecnológico e imposição de normas jurídicas e culturais que asseguram a reprodução ampliada do capital sob sua direção.

² A expressão designa os países periféricos ou semiperiféricos do sistema capitalista mundial, historicamente submetidos à dominação colonial, neocolonial e imperialista. Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) expressam a tentativa de articulação desse bloco em busca de maior autonomia frente à ordem internacional dirigida pelo Ocidente.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos adotados são de natureza teórica, com base em análises bibliográficas sobre a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), o desenvolvimento econômico da China e as transformações nas relações econômicas internacionais no contexto de sua ascensão, utilizando como fontes livros, artigos acadêmicos, monografias, dissertações e canais oficiais de informação do Estado chinês. Com isso, foi necessário o desenvolvimento de um conjunto de ações que ocorreram de maneira integrada. O primeiro envolveu uma revisão teórica das principais obras que abordam a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), o desenvolvimento econômico chinês e as transformações nas relações econômicas internacionais após sua ascensão.

O segundo consistiu na análise de dados secundários provenientes de artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e documentos de política externa chinesa. Esses dados nos forneceram subsídios para entender a materialidade da BRI, sua execução em diferentes regiões e os impactos nos países que dela participam.

Os resultados preliminares apontam que a BRI tem se consolidado como uma alternativa à globalização ocidental, promovendo um modelo de integração menos hierárquico e equilibrado. E que ao promover o desenvolvimento de infraestrutura e na criação de novas rotas comerciais, os chineses vêm oferecendo aos países do Sul Global uma oportunidade de crescimento sem a imposição de políticas neoliberais austeras. Acreditamos que essa nova dinâmica desafia as estruturas de poder do Ocidente e oferece uma plataforma para uma globalização que valoriza a soberania e o desenvolvimento autônomo dos países envolvidos.

Por fim, a estrutura deste artigo se divide em três seções. A primeira busca, compreender o fenômeno do imperialismo promovido pelo Ocidente e suas manifestações no contexto atual. A segunda seção problematiza o desenvolvimento chinês e como a China surge como potência desafiando a ordem ocidental. E, por fim, a última seção disserta sobre a BRI e seu papel na promoção de uma globalização anticolonial nos dias de hoje.

Do Imperialismo Clássico à Imposição Neoliberal: reflexões acerca da globalização promovida pelo Ocidente no século XXI

O início de um século pode ser interpretado de variadas perspectivas. Uma delas é a escala temporal cronológica, considerando o ano um de cada novo centenário. Outra maneira é considerar um fenômeno relevante que marque o início do conflito histórico que se desenrolará ao longo dos próximos cem anos. Entendemos, porém, que esses conflitos por sua vez, não têm uma data exata para acabar, assim como não têm uma precisão de quando começou sendo difícil precisar um dia específico no calendário.

Na história, muitos pesquisadores entendem que o século XX não teve início em 1901, mas sim em 1917, com a Revolução Soviética na Rússia. Esse foi o principal marco histórico sob o qual desenrolou o século XX. Já outros autores, colocam como marco inicial do século XX a Primeira Guerra Mundial, no qual se deu o conflito entre as grandes burguesias e impérios nacionais europeus. E ademais, porém em menor número, há historiadores que defendem que o início do século XX ocorreu apenas após a Segunda Guerra Mundial, em 1945 (Losurdo, 2004).

Trazemos isso para definir que o marco histórico de um século, e o conflito que balizará o desenvolvimento histórico deste, não é tarefa simples. No que se refere ao século XXI, muitos entendem que ele surgiu a partir do novo conflito resultante das ações ocorridas no 11 de setembro de 2001, como é o caso de Harvey (2004). Nós, entretanto, seguimos Losurdo (2004), e entendemos que o século XXI começou antes, já em 1999. Mais especificamente, em 24 de março de 1999, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) invadiu e bombardeou a República Federal da Iugoslávia. Como destaca, Losourdo (2004):

“A intervenção da OTAN contra a Iugoslávia em 1999, sob o pretexto de uma ‘guerra humanitária’, revela na realidade um projeto imperialista de desmembramento da Iugoslávia e a transformação dos Bálcãs em um protetorado sob controle ocidental, enfraquecendo a soberania dos países da região” (Losurdo, 2004, p. 275).

Acreditamos que esse momento histórico reflete o conflito que se instalou ao longo do século XXI, no qual o imperialismo ocidental ressurgiu em um novo patamar e com novas formas. As ações de terror promovidas pela OTAN nos Bálcãs europeus – que inclusive bombardeou a Embaixada da China na Iugoslávia – retratavam a nova abordagem do Ocidente em relação aos países do Sul Global na qual divergências não seriam toleradas, bem como não seria tolerado o socialismo no novo século que surgiria.

Era um tempo no qual se acreditava no “fim da história” e da luta de classes como afirmou Fukuyama (2015). E a ordem imposta ao mundo seria aquela do Ocidente, o grande vencedor da Guerra Fria, com a imposição do capitalismo e democracia liberal. Afinal, com o dito “fim da luta de classes”, o mundo deveria seguir os valores impostos pelos vencedores que passaram a ser encarados como absolutos e universais.

Isso é o que explica as ações da OTAN na Iugoslávia. A União Soviética havia sucumbido e casos como China, Cuba, Vietnã e Coreia Popular teriam o mesmo destino caso se colocassem contra as vontades do império e suas organizações. Dessa maneira, no novo século XXI o imperialismo tomou outra expressão e apresentando novas formas de dominação, sendo conveniente problematizarmos esse conceito.

Analisando a realidade que se apresentava no século XIX e XX, Lênin (2021) definiu o imperialismo como uma fase superior e inevitável do processo histórico do modo de produção capitalista. Esse processo era marcado por uma grande concentração do capital nos países centrais, onde surgia a formação de monopólios e oligopólios, e se tornava necessária a exportação destes capitais para a periferia do sistema visando dar continuidade ao processo de acumulação capitalista.

Diferentemente de uma mera política expansionista territorial, o imperialismo ocorre pelo desenvolvimento da acumulação capitalista em sua etapa superior. Com esse desenvolvimento ocorreu-se a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, resultando na criação de uma nova oligarquia financeira que passou a partir daí a controlar setores inteiros das economias nacionais e terem essa necessidade de expandirem em nível global (Lênin, 2021).

Portanto, o imperialismo é a resposta do capitalismo dos países centrais ao seu processo de desenvolvimento que trouxe a necessidade de expansão de seu capital para alcançar novos mercados, recursos naturais e mão de obra barata em países da periferia. Assim, nos séculos XVIII, XIX e XX, as grandes corporações dos países dos ocidentais passaram a caminhar e redirecionar parte de suas bases produtivas para os territórios dos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo que criaram e exerciam certa influência política direta por controlar os rumos do desenvolvimento destes países com suas empresas e segundo seus interesses.

Lênin (2021) traz ainda que o imperialismo não se materializa apenas como uma relação econômica de acesso a novos mercados, mas sim com cinco características que o diferencia esse processo. A primeira delas é a concentração da produção e do capital, que resulta na formação de grandes monopólios nos países centrais. A segunda é a fusão entre o capital bancário e o industrial, criando uma oligarquia financeira que passa a controlar os investimentos em níveis globais. A terceira é a necessidade de exportação de capital, em vez de mercadorias, que se torna a forma predominante dessa expansão econômica imperialista. A quarta é a formação de monopólios internacionais de diferentes nações que dividem o mercado mundial entre si, eliminando a concorrência. E, por fim, a quinta característica é a divisão territorial do mundo entre as potências imperialistas, o que gera rivalidades intensas entre as nações capitalistas e culmina em conflitos bélicos (Lênin, 2021).

No século XXI, em contexto de globalização de caráter neoliberal, o imperialismo ocidental passou a legitimar seus interesses frente aos países do Sul Global influenciado por uma outra conjuntura política e agentes. David Harvey (2004) argumenta que o imperialismo é intrínseco ao próprio funcionamento do capitalismo, mas que é um fenômeno contínuo e adaptável a cada momento histórico.

Segundo o autor, atualmente o imperialismo dos países ocidentais se manifestam não apenas através de conquistas territoriais ou guerras, mas por meio da criação e controle de mecanismos financeiros e econômicos em nível global que garantem a reprodução do capital dessas nações e a dominação dos países periféricos. Em sua releitura do conceito de acumulação primitiva de Marx (2023), Harvey (2005) desenvolve o conceito de acumulação por despossessão. Como define o autor:

A acumulação por despossessão refere-se à continuidade das práticas predatórias, que envolvem, entre outras coisas, a privatização de bens públicos, a financeirização, o manejo de crises por meio de redistribuições e o uso de poder estatal para abrir mercados por coerção. Esses processos atualizam a lógica do 'cercamento' dos bens comuns, garantindo a reprodução do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2004, p. 145-146).

O período histórico atual se caracteriza pela ampliação das formas de imperialismo, que já não dependem da ocupação territorial direta. Através de instrumentos de mercado, como a privatização de recursos, realiza-se a extração de bens e riquezas fundamentais à reprodução da vida nos territórios subordinados, assegurando a continuidade do processo de acumulação capitalista nos países do Ocidente por meio da exploração e espoliação.

Com a privatização, corporações dos países ocidentais passam a controlar recursos estratégicos — como água, energia e terras — em países periféricos, favorecidas por políticas neoliberais impostas por instituições multilaterais sob direção do Ocidente, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que operam na abertura forçada de mercados nas formações sociais subordinadas. Isso explica o porquê os países subdesenvolvidos, que recorreram a essas instituições para a obtenção de empréstimos, foram forçados a adotar políticas de austeridade, que desmantelam seus respectivos sistemas de bem-estar social, e a privatizar seus recursos naturais, os expondo ao controle do grande capital estrangeiro (Harvey, 2004; Losurdo, 2004).

Por conseguinte, para Harvey (2004), o imperialismo atual é marcado por uma dupla lógica, no qual combina a lógica territorial dos Estados-nação com a lógica econômica do capital. A lógica territorial envolve a necessidade dos países do Ocidente expandir seu poder geopolítico, enquanto a lógica do capital refere-se à necessidade das grandes corporações desses países de expandirem suas operações para garantir a acumulação. Segundo Harvey:

A lógica territorial e a lógica do capital têm suas próprias particularidades. A primeira se baseia na organização do poder político por meio do controle do território, enquanto a segunda se refere à busca incessante por lucros, sem considerar limites geográficos. No entanto, ambas as lógicas se entrelaçam quando os Estados-nação atuam para garantir as condições necessárias para a expansão contínua do capital (Harvey, 2004, p. 93).

Com isso, o imperialismo contemporâneo não se limita à dominação militar ou política, mas abrange também a expansão financeira e a criação de novas fronteiras de acumulação para o grande capital das potências hegemônicas. A destruição e reconstrução de economias inteiras através de intervenções econômicas, como observado nas crises financeiras em países da América Latina, são exemplos que materializam esse processo (Harvey, 2004).

Dessa maneira, em muitos casos os assuntos internos dos países do Sul Global foram diretamente influenciados e definidos por interesses das grandes corporações das nações do Ocidente, se apropriando da riqueza destes países e atingindo diretamente as suas noções de soberania. Como pode ser observado nas intervenções econômicas nos países da América Latina, durante as décadas de 1980 e 1990, seus respectivos governos foram forçados a adotar políticas de austeridade e privatizações em troca de assistência financeira do FMI e do Banco Mundial, resultando diretamente em um aumento da pobreza, da desigualdade e da dependência econômica dessas nações e na remuneração do grande capital estrangeiro (Harvey, 2004).

No lugar das colônias formais, o capitalismo contemporâneo estrutura novas formas de subordinação econômica por meio de instituições internacionais e mercados financeiros (Harvey, 2004). A imposição de políticas neoliberais, a financeirização das economias periféricas e a privatização de recursos públicos compõem esse processo, no qual a exploração dos países do Sul Global se aprofunda sob controle de corporações ocidentais e organismos multilaterais. Aos que recusam essa lógica, reserva-se o destino da coerção, como demonstrado no caso da Iugoslávia.

Assim, entendemos que a resistência ao avanço do capital internacional sobre os territórios periféricos passa pela defesa da autodeterminação dos povos e pelo controle direto dos recursos estratégicos, em oposição à lógica de subordinação imposta por instituições multilaterais e acordos assimétricos. É nessa perspectiva que compreendemos o desenvolvimento chinês como parte de um processo de enfrentamento ao imperialismo, articulado a partir de um projeto estatal de longo prazo baseado na soberania nacional, no planejamento econômico e na superação das heranças coloniais. Nesse sentido, a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) e o desenvolvimento chinês, não se limitam a uma proposta de infraestrutura ou integração comercial, mas constitui uma estratégia para reconfigurar as relações de poder em escala global, ancorada na disputa de classes no interior da ordem mundial. É essa dimensão que será examinada no próximo item.

Socialismo, soberania e luta de classes: o desenvolvimento chinês frente ao imperialismo ocidental e a construção de novas possibilidades ao Sul Global

No contexto de imperialismo com novas especificidades, a luta de classes pode ser analisada sob outras perspectivas. Graças às ações dos países ocidentais, discutidas no item anterior, observou-se o ressurgimento de tensões internacionais que muitos acreditavam ter sido superadas com a queda do Muro de Berlim em 1989 e da URSS em 1991. Atualmente, porém, o mundo assiste uma nova escalada de tensões e o (re)surgimento de guerras como as que presenciamos em Gaza, no Líbano, no Iêmen, na Líbia e na Síria, além da Operação Militar Especial russa na Ucrânia e as revoluções que ocorreram em países do sahel africano.

Visando compreender essas questões e a maneira como o mundo atual se apresenta, é necessário revisitar o conceito de luta de classes. Segundo Lukács (2018), a luta de classes é um processo necessário para a transformação revolucionária da sociedade, pois é com o desenvolvimento da consciência de classe que os proletários se tornam o sujeito histórico capaz de realizar a revolução na modernidade. Dessa forma, a luta de classes é a materialização do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção em uma determinada realidade e na modernidade a sua resolução só pode ocorrer pela superação do capitalismo e da hegemonia política do grande capital.

Entendemos que as classes sociais surgem a partir da divisão do trabalho, e na modernidade capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, o que criou uma distinção entre aqueles que controlam e detêm os meios de produção (a classe dominante, como a burguesia no capitalismo) e aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver (a classe trabalhadora, o proletariado). Ainda assim, não se pode entender as classes sociais como meros agrupamentos de pessoas com interesses econômicos, mas, sim, pela concepção de si mesmas como grupos com interesses comuns e condições compartilhadas, desenvolvendo uma ação consciente em direção à transformação da sociedade (Lukács, 2018). Nas palavras do autor,

“As classes sociais são determinadas pela posição que ocupam no processo de produção. As relações de classe expressam, portanto, relações de produção e de apropriação, em que a dominação de classe se exerce sobre as condições objetivas da reprodução material da sociedade” (Lukács, 2018, p. 104).

Nesse sentido, o conceito de classe social, segundo Losurdo (2020), por sua vez, oferece uma ampliação de sua base para análise. Segundo o autor, a concepção de Lukács (2018) sobre a luta de classes está restrita ao caráter das sociedades industriais do século XX, em especial àquelas do centro do sistema. Losurdo (2020) argumenta que a luta de classes não se limita ao conflito interno entre proletariado e burguesia, mas que essas relações se estendem ao cenário internacional, no qual o colonialismo e o imperialismo desempenham um papel central, como visto no item acima.

Se segundo a teoria marxista as classes são frutos das relações de produção, para Losurdo (2020) essa compreensão deve incluir elementos coloniais e raciais. Isso porque a história do capitalismo é inseparável da história do colonialismo, da escravidão e da opressão racial nos países periféricos que foram colonizados. Conforme Losurdo:

A história do liberalismo, e, portanto, também a do capitalismo, é inseparável da do colonialismo e da escravidão. O capitalismo ascende na medida em que legitima, promove e lucra com a exploração brutal dos povos coloniais e dos escravos, ao mesmo tempo em que proclama a defesa da liberdade para uma minoria privilegiada (Losurdo, 2004, p. 132).

Historicamente, a burguesia das metrópoles não apenas explorou o proletariado local, como também se beneficiou da exploração dos povos colonizados e das periferias globais. Dessa forma, as classes sociais não são formadas apenas no interior dos Estados nacionais, mas são moldadas pelas dinâmicas de exploração e dominação entre países e nações.

Ao analisarmos a realidade chinesa, podemos visualizar essas questões por meio da sua colonização pelas potências ocidentais no século XIX, foi marcada por alto grau de exploração econômica e pela imposição de tratados desiguais. Nesse contexto, as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), que envolveram a Grã-Bretanha e a França contra a China, ilustram como o ocidente justificou a opressão e a exploração em nome do "livre comércio" (Carvalho, 2024; Kissinger, 2012.).

Sob essa bandeira, potências ocidentais insistiram na “liberdade” de vender ópio aos chineses apesar da resistência local e dos efeitos do narcotráfico. E sob essa bandeira da liberdade submeteram os a tratados de Nanquim (1842), que obrigava a abertura de portos chineses ao comércio estrangeiro e a ceder Hong Kong à Grã-Bretanha, além de pagar pesadas indenizações de guerra (Carvalho, 2024; Kissinger, 2012).

Tais exemplos evidenciam como, sob a bandeira do capitalismo e do livre comércio, o Ocidental apaga o processo histórico e suas determinações materiais, desconsiderando os efeitos dessas relações de dominação em escala nacional e internacional, ao mesmo tempo em que obscurece a expansão da luta de classes para o plano global. Assim, a Revolução Chinesa de 1949 marca o início de um processo de superação da submissão colonial imposta à China, consolidando, sob a direção do Partido Comunista Chinês (PCCh) e de seu líder Mao Tsé-Tung, o fim do regime do Kuomintang (KMT) e da fragmentação política promovida pelas potências estrangeiras, com a fundação da República Popular da China (RPC).

Esse processo representou uma inflexão na história chinesa ao restabelecer a soberania nacional e inaugurar um caminho de desenvolvimento autônomo, em ruptura com a dominação

exercida pelas potências ocidentais. Com a consolidação do Estado socialista, foram implementadas reformas estruturais, como a redistribuição de terras, a nacionalização dos meios de produção e a reorganização planejada da economia. Tais medidas confrontaram diretamente os interesses do capital estrangeiro que até então submetia o país, mas permitiram a constituição das bases materiais da autossuficiência e da independência econômica da China (Carvalho, 2024; Kissinger, 2012; Losurdo, 2004; Pomar, 2003).

Com o fim da estrutura colonial, a China socialista passou a definir seu próprio rumo, promovendo o desenvolvimento das forças produtivas e instituindo uma forma de governança orientada pelos interesses nacionais. A partir das reformas iniciadas nos anos 1980, sob a liderança de Deng Xiaoping, o país consolidou uma trajetória de ascensão que o posiciona, no presente, como potência em disputa com os centros imperialistas do Ocidente, tanto no campo econômico quanto na fronteira tecnológica.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a China tem reconfigurado a geopolítica mundial. Segundo Jabbour e Gabriele (2021), o desenvolvimento chinês inaugura uma nova tipologia de formação econômico-social, na qual o socialismo se reinventa por meio da utilização de instrumentos de mercado sob direção estratégica do Partido Comunista Chinês. Essa trajetória possibilitou a retomada do crescimento sustentado do país, em contraste com a estagnação que marca as economias ocidentais desde os anos 1980.

A partir das reformas iniciadas no pós-1980, a China foi impulsionada, em um primeiro momento, pela entrada de capital estrangeiro, que, articulado às diretrizes do Partido Comunista Chinês, viabilizou a formação de capital interno e a modernização do parque produtivo nacional. De modo geral, o país consolidou-se como centro manufatureiro global, produzindo bens de consumo com alta produtividade e custos reduzidos, o que permitiu a constituição de um volume inédito de reservas financeiras (Carvalho, 2024; Jabbour; Gabriele, 2021; Pomar, 2003; Weber, 2023).

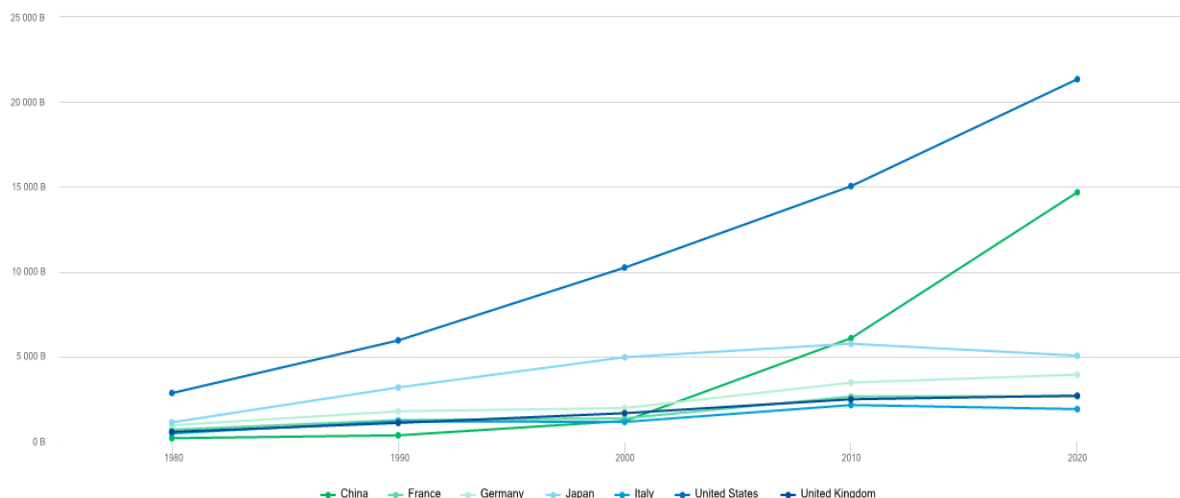
Jabbour e Gabriele (2021) destacam que o governo socialista chinês estruturou esse processo de forma a articular o desenvolvimento das forças produtivas ao acesso a tecnologias introduzidas nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) a partir dos anos 1980. Medidas como o condicionamento ao compartilhamento tecnológico, a não adesão às normas internacionais de propriedade intelectual e a formação de parcerias com o capital estrangeiro permitiram ao país expandir sua infraestrutura, planejar a urbanização de suas cidades e avançar na produtividade do trabalho e na consolidação de capacidades tecnológicas próprias.

Se nas décadas de 1990 e 2000 a China era frequentemente reduzida, no discurso ocidental, à exportação de brinquedos e manufaturas de baixo valor agregado, esse quadro se altera a partir

Osmar Fabiano de **SOUZA FILHO**
Nathalia Moraes **MARCOLIN**
Léia Aparecida **VEIGA**

dos anos 2010, sob a liderança de Xi Jinping, com a predominância de bens de alta complexidade tecnológica em sua pauta exportadora. Para dimensionar esse processo, desde 1990 o país manteve uma taxa média de crescimento anual próxima a 9%, com picos superiores a 14% em determinados anos, alcançando um Produto Interno Bruto superior a 10 trilhões de dólares em 2020, conforme indica o Gráfico 1 a seguir (Jabbour; Gabriele, 2021; Pomar, 2003; Weber, 2023).

Gráfico 1—O PIB da China e de Potências Capitalistas Ocidentais de 1980 à 2020 segundo o Banco Mundial (em bilhões de U\$)



Fonte: World Development Indicators, elaborado pelos Autores, 2025.

Esse crescimento chinês expressa a materialização de políticas de desenvolvimento econômico com caráter socializante e reformas estruturais conduzidas pelo Partido Comunista Chinês, voltadas à ampliação da capacidade produtiva e tecnológica do país ao longo da história recente. Sob a liderança de Mao como fundador, Deng como reformulador e Xi como garantidor da continuidade do projeto, a China alcançou patamares de desenvolvimento raramente observados. Ressalta-se, no entanto, que esse processo não é linear ou estático, mas se dá por meio da superação de desequilíbrios e contradições que abrem caminho para novas etapas de transformação (Jabbour; Gabriele, 2021; Weber, 2023).

A China socialista, no presente, não apenas confronta as potências ocidentais em termos econômicos, mas também afirma um modelo político e ideológico de desenvolvimento que rompe com os paradigmas historicamente impostos ao Sul Global. Essa trajetória tem gerado reações por parte das antigas potências colonialistas, que buscam conter seu avanço por meio de políticas protecionistas, rearticulações estratégicas e iniciativas militares, como a reconfiguração da OTAN e o fortalecimento de alianças na região do Pacífico (Pautasso; Nogara, 2024).

Desde 2017, os Estados Unidos, sob as gestões de Donald Trump e Joe Biden, têm adotado um conjunto de medidas voltadas à limitação do desenvolvimento chinês, incluindo sanções econômicas, restrições ao acesso a tecnologias sensíveis e a consolidação de alianças como o QUAD (EUA, Índia, Japão e Austrália) e o AUKUS (EUA, Reino Unido e Austrália). Essas ações têm como objetivo central conter a presença chinesa em setores estratégicos como 5G, semicondutores e inteligência artificial, além de frear a ampliação de sua influência geopolítica na região do Pacífico e em outras partes do mundo (Pautasso; Nogara, 2024).

A esse movimento, a China tem respondido de forma estratégica, buscando superar as barreiras impostas por sanções e restrições tecnológicas por meio de uma combinação entre investimento em inovação, articulação diplomática e fortalecimento das parcerias com países do Sul Global. No campo tecnológico, o Estado chinês tem direcionado recursos significativos à pesquisa e ao desenvolvimento das forças produtivas, com o objetivo de reduzir a dependência externa, sobretudo nas áreas de semicondutores, inteligência artificial e telecomunicações (Jabbour; Gabriele, 2021; Pautasso; Nogaro, 2024).

Entendemos que a disputa entre os Estados Unidos e a China, assim como entre o Ocidente e o Sul Global, expressa a materialização da luta de classes em escala mundial, ao evidenciar o confronto entre potências imperialistas que buscam preservar sua dominação histórica e formações sociais que articulam projetos de desenvolvimento próprios, orientados por interesses nacionais e populares. A crise estrutural do capitalismo nos países centrais — marcada pela estagnação produtiva, financeirização e perda de protagonismo tecnológico em setores estratégicos — tem intensificado a ofensiva das potências ocidentais diante do avanço de economias como a chinesa.

Nesse contexto, medidas como sanções econômicas, taxaço de produtos chineses e restrições ao acesso a tecnologias de ponta revelam a tentativa dos Estados Unidos de resguardar os interesses do capital imperialista e manter sua hegemonia sobre os setores mais dinâmicos da economia mundial. Trata-se, portanto, de uma disputa que transcende a competição interestatal, configurando-se como expressão da luta de classes no plano internacional, na qual o controle dos meios de produção e a definição da ordem global estão em questão.

Portanto, a luta de classes deve ser compreendida em articulação com as questões nacionais e coloniais. A trajetória revolucionária da China, iniciada em 1949, evidenciou que a superação do colonialismo e a reconquista da soberania nacional foram etapas fundamentais para enfrentar as pressões imperialistas do Ocidente. Ao romper com a exploração colonial e instituir um modelo de desenvolvimento autônomo, a China passou a desafiar a hegemonia das antigas potências coloniais em múltiplas dimensões políticas e econômicas. Essa ascensão não representa apenas um êxito econômico, mas uma reconfiguração da ordem mundial, ao oferecer aos países do Sul Global uma alternativa concreta de desenvolvimento baseada na cooperação, como expressa a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR).

A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e a construção de uma globalização alternativa para o Sul Global

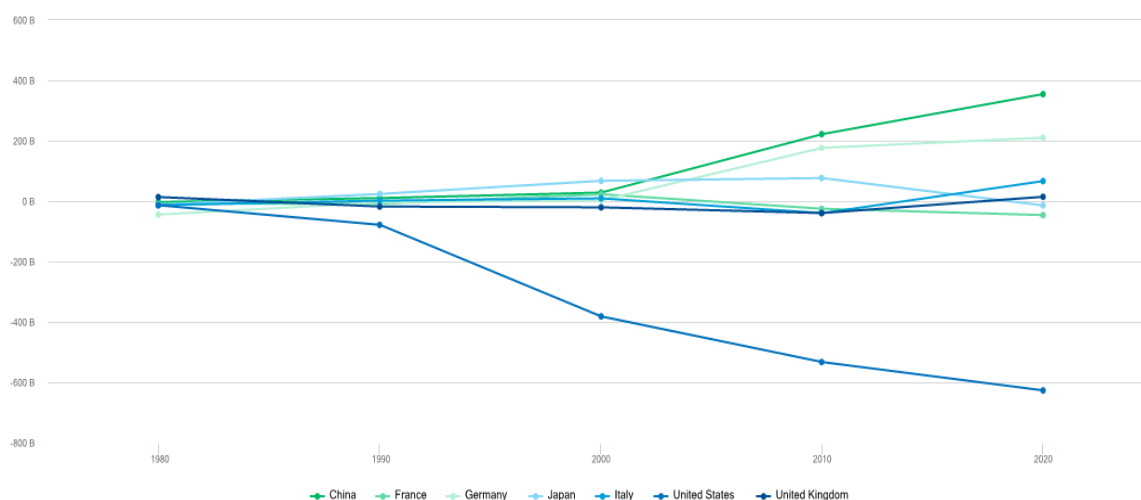
Inspirada na antiga Rota da Seda que ligava a China ao ocidente geográfico por meio de rotas comerciais terrestres e marítimas, a BRI tem como objetivo fundante aprimorar as conexões

dos demais países com a China e estabelecer nesses territórios novas infraestruturas que facilitem sua inserção e participação no comércio global, com integração econômica e o desenvolvimento dos povos. Essa iniciativa compreende dois componentes principais: o Cinturão Econômico da Rota da Seda, que abrange uma série de rotas terrestres na Ásia Central e Europa, e a Rota da Seda Marítima do Século XXI, que se concentra nas rotas marítimas que conectam a China à África, ao Oriente Médio e à Europa (Carvalho, 2023; Pautasso; Nogara, 2024).

Do ponto de vista chinês, a exportação de capital tornou-se uma exigência do próprio processo de desenvolvimento, dada a necessidade de abrir novos mercados para suas empresas e escoar parte do capital acumulado. A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), lançada em 2013, articula essa dinâmica à construção de corredores logísticos e rotas comerciais que ampliem a integração da China com outras regiões, respondendo a uma demanda estratégica por maior conectividade internacional. Com investimentos estimados em trilhões de dólares, a BRI materializa tanto o esforço de enfrentar tendências de superacumulação quanto a busca por ampliar a inserção da China em seu entorno geoeconômico de forma planejada e coordenada.

A tendência de crescimento das exportações chinesas de bens e serviços antecede a implementação da BRI, como se observa no Gráfico 2 abaixo. Contudo, esse crescimento se intensifica no período posterior a 2010, impulsionado por múltiplos fatores, entre os quais se destaca a própria consolidação da iniciativa (Carvalho, 2023; Pautasso; Nogara, 2024; Weber, 2023).

Gráfico 2 – Saldo Externo de Bens e Serviços (em U\$)



Fonte: World Development Indicators, elaborado pelos Autores, 2025.

No âmbito chinês, a BRI insere em seus planos estratégicos que visam consolidar o país como uma potência global, como o caso do plano *Made in China 2025* que tem como objetivo transformar a China em um líder global de tecnologia avançada e inovação industrial. A BRI

complementa essa estratégia ao garantir que os produtos e as tecnologias chinesas encontrem novos mercados e desenvolva infraestruturas que sejam empregadas para garantir que a expansão do comércio e dos investimentos (Carvalho, 2023; Pautasso; Nogara, 2024).

A iniciativa é também inserida nos planos mais importantes do PPCh que são os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico e Social, que orientam as políticas econômicas do país e são elaborados a cada cinco anos. No 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e o 14º Plano Quinquenal (2021-2025), por exemplo, já era destacado a importância da BRI como um pilar para o desenvolvimento sustentável e para a internacionalização das empresas chinesas (Carvalho, 2023; Pautasso; Nogara, 2024).

Além disso, a iniciativa também está conectada à estratégia de diversificação econômica e de segurança energética chinesa, buscando expandir suas rotas comerciais para assim assegurar o acesso a recursos naturais, como petróleo e gás. Com a BRI, o país também busca reduzir sua dependência de rotas comerciais tradicionais controladas por potências ocidentais, como o Estreito de Malaca, local cercado de bases norte-americanas (Cardoso; Wu, 2023; Carvalho, 2023; Pautasso; Nogara, 2024).

Assim, a BRI não deve ser compreendida apenas como um instrumento de expansão do capital chinês em escala global, mas como parte de uma estratégia mais ampla que articula interesses internos e externos. Ao financiar projetos de infraestrutura em países do Sul Global, a China estabelece parcerias que favorecem o desenvolvimento local e, simultaneamente, fortalecem sua posição como liderança no processo de transição para uma ordem mundial multipolar. No plano interno, esses mesmos projetos contribuem para o aprofundamento do desenvolvimento nacional e para a consolidação de sua segurança estratégica, especialmente no campo energético e logístico (Cardoso; Wu, 2023; Carvalho, 2023; Pautasso; Nogara, 2024).

No que se refere à forma de parceria, enquanto o modelo ocidental impõe condicionalidades baseadas em austeridade fiscal e políticas de livre mercado aos países do Sul Global, a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) apresenta uma alternativa baseada em acordos estratégicos mais flexíveis e com interesses recíprocos. Segundo o relatório *A World of Debt Report* (2024), publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, os custos dos empréstimos concedidos por instituições ocidentais a países subdesenvolvidos são de duas a quatro vezes superiores aos praticados nos Estados Unidos e de seis a doze vezes maiores que os da Alemanha; no caso de países africanos, essas taxas podem ser até 9,8 vezes superiores às aplicadas aos países centrais.

Nesse contexto, os financiamentos promovidos pela BRI em regiões como o continente africano e o Oriente Médio, como apresentado por Pautasso e Nogara (2024), diferenciam-se por

não impor as mesmas exigências liberalizantes das organizações multilaterais ocidentais, além de estarem majoritariamente voltados à construção de infraestrutura física. Pode-se afirmar, portanto, que a BRI não se limita à exploração de mercados e recursos, mas integra um projeto de construção de uma rede global de cooperação econômica e política voltada à consolidação de uma ordem internacional multipolar.

Isso é fundamentado a partir da prática da BRI e em seus próprios princípios organizados em cinco eixos de cooperação: coordenação política, conectividade de infraestrutura, facilitação do comércio, integração financeira e fortalecimento dos laços entre os povos. Dentre as ações que a iniciativa tem desenvolvido destacam-se uma série de projetos estratégicos em diversos países do continente africano, um exemplo é o Porto de Doraleh em Djibuti, como mostra a Imagem 1 abaixo, e que se localiza em uma posição estratégica no Chifre da África. O porto, assim, serve como uma importante infraestrutura para rota para o comércio internacional e facilita o acesso à Ásia, à Europa e ao Oriente Médio por meio do Mar Vermelho.

Imagem 1 - Porto Multifuncional de Doraleh

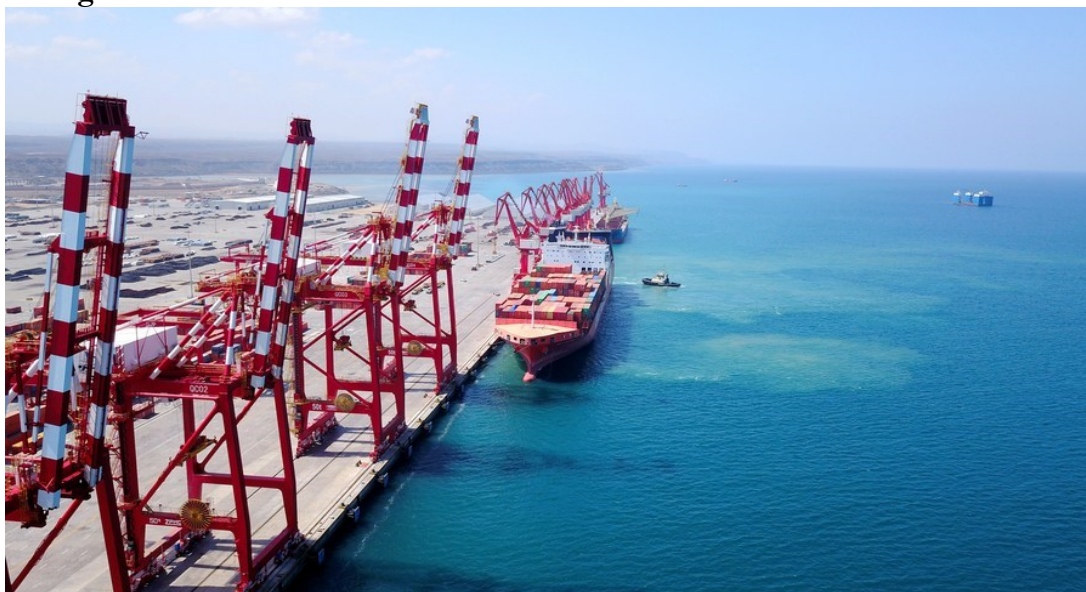


Imagem: Autoria de Dong Jianghu, 2017.

Fonte: Djibuti... (2024).

Além disso, a BRI promoveu o investimento na construção de ferrovias, caso da Mombasa-Nairobi, no Quênia, como mostra a Imagem 2, que conecta o principal porto do país à sua capital. Se antes as ações dos países do Ocidente eram orientadas em criar infraestruturas que facilitava a exportação, essa ação chinesa retrata o financiamento de uma estrutura de transporte que integra internamente o país e reduz seus custos logísticos (Pautasso; Nogara, 2024).

Imagem 2 - Um trem de passageiros passa pela Super Ponte sobre o Rio Tsavo, Quênia



Imagem: Autoria de Dong Jianghu, 2022.

Fonte: Ferrovia ... (2023).

Ainda no continente africano, a BRI financia a construção da nova capital administrativa do Egito que é um dos projetos de infraestrutura mais importantes desse país nos últimos anos. As empresas chinesas de construção civil como a China State Construction Engineering Corporation (CSCEC), estão envolvidas na construção do projeto que incluem o distrito financeiro, com arranha-céus e edifícios governamentais, com destaque a Torre Iconic, que é o prédio mais alto de toda a África, inaugurado em 2022. Essa parceria é vista, também, como parte dos esforços chineses em expandir sua influência chinesa no Oriente Médio e fortalecer os laços econômicos com o norte da África (Mazzi, 2020; Pautasso; Nogara, 2024).

Outro parceiro estratégico chinês em projetos que envolvem a BRI, é a Etiópia. Com os etíopes, a China desempenha um papel importante no desenvolvimento de infraestrutura, casos da construção da ferrovia Addis Abeba-Djibuti. Essa ferrovia, conecta a capital do país ao porto de Djibuti retratado na Imagem 1, sendo importante para inserção da Etiópia no comércio internacional, pois seu território não conta diretamente com um litoral e faz com que os etíopes dependam do Djibuti, Eritreia e Somália para ter o acesso ao mar e realizar suas exportações e importações (Fernandes, 2023).

Além deste empreendimento ferroviário, os chineses tem investido em outros setores de infraestrutura na Etiópia como energia e telecomunicações. A China National Electric Engineering Co. (CNEEC) está diretamente envolvida em projetos de construção de usinas hidrelétricas, que são necessárias para a expansão industrial e o desenvolvimento econômico da Etiópia. Cabe destacar, inclusive, que a parceria estratégica com os chineses criou no país africano o maior parque

industrial do continente, como ilustra a Imagem 3 abaixo e fez com que a Etiópia auferisse o segundo maior crescimento do mundo no século XXI, média anual de cerca de 5,7%, não superando apenas a China em taxas de crescimento (Fernandes, 2023; Pautasso; Nogara, 2024).

Imagem 3 – Parque Industrial Hawassa em Hawassa, Etiópia



Imagem: Autoria de Michael Tewelde, 2021.

Fonte: Parque ... (2024).

No Médio Oriente, a BRI também realiza ações no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, como retratam os exemplos de portos e zonas de livre comércio nos Emirados Árabes Unidos, caso do Porto de Khalifa, em Abu Dhabi, que é um dos maiores hubs logísticos da região e recebeu investimentos no âmbito da BRI para expansão da sua capacidade. Essas ações partem de um plano de conectar o Médio Oriente com as rotas comerciais da Rota da Seda Marítima, facilitando o comércio entre a China-Oriente Médio, bem como com a Europa (Pautasso; Nogara, 2024; Saleem, 2024).

Na Ásia, a BRI tem atuado no Paquistão, por meio do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), realizando investimentos em infraestrutura rodoviária, ferroviária e energética, conectando a cidade portuária de Gwadar, no sul do Paquistão, à região oeste da China. O porto de Gwadar é visto como um ponto estratégico para o comércio marítimo permitindo que os chineses tenham acesso ao Oceano Índico e ao Golfo Pérsico, reduzindo, assim, sua dependência de rotas comerciais controladas pelo Ocidente. Além disso, o CPEC inclui a construção de estradas e ferrovias que estruturar a conectividade dentro do território paquistanês, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país (Iqbal; Rahman; Sami, 2019; Pautasso; Nogara, 2024; Saleem, 2024).

Outro exemplo na Ásia é o envolvimento da China no projeto ferroviário de alta velocidade na Indonésia que liga as cidades de Jacarta e Bandung. Além de promover a modernização da infraestrutura de transporte, essa é uma das primeiras ferrovias de alta velocidade do Sudeste Asiático. Ademais, a China tem participado no desenvolvimento de projetos de energia, como a construção de usinas hidrelétricas no Laos, outra República socialista, promovendo o uso de energias renováveis e sua integração econômica regional dentro do Sudeste Asiático (Iqbal; Rahman; Sami, 2019; Pautasso; Nogara, 2024; Saleem, 2024).

Já na América do Sul, a BRI realiza investimentos em infraestrutura e ampliação das conexões comerciais, um dos exemplos é o projeto do Porto de Chancay, no Peru, que contou com capital chinês para a construção do complexo voltado ao comércio transpacífico, retratado na Imagem 4, abaixo. O empreendimento, liderado pela empresa estatal chinesa Cosco Shipping Ports, tem como objetivo transformar Chancay em um dos principais centros logísticos da costa pacífica sul-americana, conectando diretamente a América Latina com a Ásia, e integra a Rota da Seda Marítima que visa criar corredores comerciais alternativos (Pautasso; Nogara, 2024).

Em maio de 2025, Colômbia e China anunciaram o ingresso formal da Colômbia na Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), dando início a uma agenda de cooperação voltada à formulação de projetos de interesse mútuo. Com isso, somam-se aos países sul-americanos que já integram a iniciativa — Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela — ampliando a presença da BRI na região.

Imagem 4 - Navio operado pela Chinesa COSCO Shipping, atracando no Porto de Chancay, Peru



Imagem: Autoria de Zhenhua Heavy.

Fonte: Enfoque (2024).

Com isso em vista, afirmamos que a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) expressa uma concepção de globalização distinta daquela promovida pelas potências ocidentais, marcada por práticas de caráter colonialista. Ao contrário das instituições financeiras ocidentais, que condicionam empréstimos à adoção de políticas de austeridade e liberalização econômica, a BRI estrutura suas parcerias com base na cooperação mútua e no desenvolvimento conjunto, financiando projetos de infraestrutura sem impor exigências políticas ou econômicas às nações envolvidas (Harvey, 2004; Pautasso; Nogara, 2024).

Poder-se-ia argumentar que, por ter sido concebida em um contexto de necessidade de expansão geográfica do capital chinês, a BRI reproduziria, de forma análoga, as dinâmicas imperialistas que marcaram as expansões promovidas pelo Ocidente no passado e no presente. Tal conclusão, contudo, resulta de uma lógica abstrata e descolada da análise concreta da realidade. Como procuramos demonstrar ao longo deste texto, a BRI não se fundamenta nas estruturas típicas do imperialismo ocidental — como a imposição de dependência econômica, a subordinação política e o controle direto dos fluxos estratégicos.

Isso porque partimos do entendimento de que os conceitos se forjam a partir do movimento real, isto é, da análise concreta das determinações históricas e materiais, e não de abstrações formais que buscam impor sua lógica à realidade. A distinção entre a BRI e a globalização promovida pelo Ocidente se evidencia justamente na prática que cada uma expressa. Enquanto o imperialismo se constituiu historicamente pela imposição de relações de dependência e subordinação econômica do Sul Global ao Ocidente, a BRI não opera sobre essas bases. Ao contrário, tem promovido uma forma de globalização assentada na cooperação, na construção compartilhada de infraestrutura, no desenvolvimento conjunto e no respeito à soberania dos países participantes, o que impede sua caracterização como política imperialista.

Embora a BRI responda a demandas internas da China relacionadas à superacumulação de capital e à necessidade de ampliar mercados e investimentos, seu processo de internacionalização não pode ser equiparado ao imperialismo em suas diferentes fases históricas. Como demonstrado, a lógica que orienta a BRI contrasta com aquela promovida pelo Ocidente, cujas potências têm historicamente recorrido à exploração direta, à dominação militar e à expropriação de recursos nos países do Sul Global para atender às exigências de sua reprodução ampliada. A China, por sua vez, por meio da BRI estabelece relações econômicas baseadas em parcerias estratégicas voltadas ao benefício mútuo, sem impor formas de soberania externa sobre os países com os quais coopera.

Todavia, é fundamental reconhecer que a concretização de uma relação mutuamente benéfica entre a China e os países participantes da BRI depende também da capacidade desses países de afirmarem e defenderem seus próprios interesses nacionais. Essa responsabilidade não

recai sobre a China, mas sobre cada Estado que decide integrar a iniciativa. Nesse sentido, torna-se necessário que os países receptores dos investimentos da BRI elaborem estratégias de planejamento que orientem a inserção desses projetos em seus objetivos de desenvolvimento, de modo a evitar situações de endividamento ou dependência econômica — o que, em grande medida, tem sido buscado nas experiências recentes.

Exemplos como o Porto de Djibuti, a ferrovia Mombasa-Nairobi no Quênia e o Corredor Econômico China-Paquistão mostram que, quando os países envolvidos definem com precisão suas prioridades nacionais, as parcerias estabelecidas no âmbito da BRI resultam em expansão da infraestrutura, ampliação da conectividade e inserção nos circuitos produtivos e logísticos internacionais. E entendemos que a forma como esses projetos são negociados e executados indica uma lógica de globalização distinta da colonial, baseada em acordos bilaterais e na não imposição de soberania externa.

Na tentativa de afirmar seus valores como universais por meio da globalização, o Ocidente tratou qualquer forma de resistência como ameaça à ordem estabelecida no pós-URSS, recorrendo à intervenção militar direta, como no caso da ofensiva da OTAN contra a Iugoslávia em 1999. Esse episódio expressa uma forma de ação imperialista, em que a intervenção, justificada como operação humanitária, resultou na fragmentação de um Estado que mantinha posições contrárias à sua influência.

Por fim, entende-se que, ao se apresentar como alternativa à globalização conduzida pelas potências ocidentais, a Iniciativa Cinturão e Rota expressa a luta de classes em escala internacional, ao confrontar a hegemonia das formações sociais centrais. Nesse movimento, promove-se um reordenamento das forças produtivas e uma reorganização das relações comerciais com base em uma lógica multipolar, em desacordo com os interesses das frações dominantes do capital nos países ocidentais. A iniciativa chinesa, nesse contexto, se contrapõe à tentativa de universalização dos valores vinculados à democracia liberal e à autorregulação dos mercados.

Conclui-se, assim, que a BRI constitui uma forma de inserção internacional distinta do modelo imperialista, ao possibilitar que os países do Sul Global estabeleçam relações econômicas sem subordinação direta ou imposição de condicionalidades. Por meio desse projeto, a China contribui para a construção de uma rede de cooperação econômica orientada à multipolaridade, abrindo espaço para estratégias nacionais que rompam com os vínculos estruturais de dependência característicos da ordem internacional comandada pelo Ocidente.

Este trabalho teve como objetivo problematizar de que forma a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) representa uma proposta de globalização anticolonial que confronta a hegemonia exercida pelo Ocidente. Argumenta-se que a BRI busca estabelecer relações econômicas baseadas no desenvolvimento conjunto e na não interferência na soberania das nações parceiras, promovendo investimentos em infraestrutura voltados à ampliação das capacidades produtivas dos países do Sul Global. Ao contrário da lógica que orienta a globalização ocidental, a BRI estrutura-se como um modelo de cooperação pautado em acordos bilaterais e na reciprocidade.

Conclui-se, portanto, que a BRI não pode ser reduzida a um instrumento de projeção econômica da China, pois também opera como mecanismo de inserção internacional para os países parceiros, articulando alternativas às estruturas de subordinação e dependência que caracterizam a ordem internacional comandada pelo Ocidente. As considerações finais aqui apresentadas, no entanto, não se limitam à retomada dos argumentos desenvolvidos, mas apontam para a necessidade de refletir sobre as possibilidades de inserção do Brasil nesse processo e os desafios que essa inserção coloca do ponto de vista do planejamento nacional e da afirmação da soberania.

O Brasil, como é de conhecimento geral, possui uma base significativa na produção de commodities, mas enfrenta déficits estruturais em setores como transporte, energia e saneamento, em grande parte agravados pela redução dos investimentos públicos após o golpe de 2016. Nesse contexto, identifica-se uma posição estratégica que poderia ser mobilizada nas negociações para uma eventual adesão à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). A possibilidade de estabelecer acordos que vinculem a exportação das commodities já produzidas pelo país à implementação de projetos de infraestrutura abre margem para a reorganização de setores essenciais à dinâmica econômica nacional.

A experiência da Etiópia na relação com a China, como apresentada anteriormente, reforça esse nosso entendimento, uma vez que os chineses já figuram como principal importadora de soja, petróleo e minério de ferro brasileiros, demonstrando interesse em garantir a estabilidade desses fluxos no médio e longo prazo. Por outro lado, o Brasil apresenta necessidade objetiva de modernização de suas infraestruturas, a fim de reduzir custos logísticos e ampliar sua inserção no comércio internacional. Esse cenário se configura como uma oportunidade de redefinir os termos do desenvolvimento nacional fora da lógica das condicionalidades impostas por instituições financeiras ocidentais, que, como no caso do acordo com o FMI nos anos 1990, operaram em desfavor da soberania e das prioridades internas.

A China tem manifestado interesse em incluir o Brasil em seus projetos na América Latina, como demonstrado na visita do presidente Xi Jinping ao país em novembro de 2024, quando se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e formalizou o convite para que o Brasil integre

a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). Embora o convite não tenha sido aceito formalmente, a sinalização política indicou a disposição para avançar em uma agenda de cooperação voltada à infraestrutura, ao comércio e à integração internacional.

Na ocasião, a posição chinesa evidenciou que a parceria poderia ser estabelecida independentemente da assinatura de um tratado formal de adesão à BRI, permitindo o início de ações concretas por meio de protocolos de intenções. Entre os temas abordados, destacaram-se os setores de infraestrutura logística, energias renováveis e digitalização de serviços públicos. A partir desse diálogo, foram formulados projetos voltados à construção de ferrovias nos estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso, com foco na modernização dos corredores de exportação e na ampliação da integração ferroviária nacional.

Em maio de 2025, o presidente Lula realizou visita oficial à China em resposta ao encontro anterior com Xi Jinping, o que marcou uma nova etapa no processo de aproximação entre os dois países. Embora o Brasil não tenha formalizado sua adesão plena à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), observou-se um alinhamento em torno de projetos vinculados ao escopo da iniciativa, especialmente no que se refere ao financiamento chinês de obras previstas no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Nesse contexto, ações como a entrega da Medalha da Amizade à ex-presidenta Dilma Rousseff, atual presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), reforçam o reconhecimento por parte da China da relevância estratégica da relação bilateral. A construção conjunta de iniciativas diplomáticas, como no caso da proposta de mediação para a crise na Ucrânia, também evidencia a convergência entre Brasil e China em temas relacionados à governança internacional.

Entendemos que a não assinatura do documento de adesão formal à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) evidencia os limites da diplomacia brasileira, ainda orientada, em grande medida, pelas lógicas tradicionais do eixo Atlântico Norte, marcadas pela hesitação em contrariar os interesses dos Estados Unidos e da União Europeia. Mesmo com o aprofundamento recente das relações Brasil-China, em partes devido o Governo Lula III, essa orientação restritiva adotada pelo Itamaraty compromete a possibilidade de uma inserção mais autônoma do Brasil no processo de reconfiguração multipolar da ordem internacional.

Do ponto de vista material, contudo, observa-se uma intensificação das relações bilaterais, mesmo sem a formalização da adesão brasileira à BRI. Esse cenário pode abrir possibilidades para a retomada de um processo de neoindustrialização, por meio da atração de investimentos chineses em áreas como infraestrutura, tecnologia e setores produtivos estratégicos. No entanto, esse

processo de aproximação deve ser orientado por critérios baseados nas necessidades nacionais e no fortalecimento da soberania, evitando a substituição de uma relação de dependência por outra.

O governo brasileiro, sob a liderança de Lula, enfrentará o desafio de atrair investimentos chineses sem comprometer a indústria nacional nem enfraquecer a posição do Brasil no contexto regional da América do Sul e Latina. Para enfrentar esse desafio, será necessário que o país defina com clareza seus interesses estratégicos, assegurando que os projetos desenvolvidos em cooperação com a China estejam alinhados às necessidades internas, contribuam para a modernização da base produtiva, promovam a geração de empregos qualificados e estimulem o desenvolvimento tecnológico.

Conclui-se, nesse sentido, que a adesão formal do Brasil à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) se insere no horizonte dos interesses nacionais, na medida em que pode oferecer novos caminhos para o desenvolvimento econômico por meio de investimentos em infraestrutura e do fortalecimento das relações comerciais e tecnológicas. A participação na BRI representa a possibilidade de reorientar a inserção internacional do Brasil em direção a um modelo menos dependente das imposições tradicionais do Ocidente, ampliando as margens de soberania e de definição autônoma de prioridades internas diante da reconfiguração da ordem global.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Camila Mendes Vianna; WU, Wallace Way Teng. **Conectividade da China por meio do investimento estrangeiro em infraestrutura**. In: CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (org.). *A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 183–206. [recurso eletrônico].

CARVALHO, Evandro Menezes de. **China: tradição e modernidade na governança do país**. Rio de Janeiro: Editora Batel, 2024.

CARVALHO, Evandro Menezes de. **Renascimento da Rota da Seda e sua extensão até a América Latina**. In: CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (org.). *A China e a Iniciativa Cinturão e Rota* [recurso eletrônico]: percepções do Brasil. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 43–67.

DJIBUTI está pronto para diversificar sua economia sob cooperação mutuamente benéfica com a China. Xinhua, China, 3 jun. 2024. Xinhua news. Português. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20240603/5dab39e9f26e41fb952a3fe92e9eed1c/c.html>. Acesso em: 19 maio 2025.

ENFOQUE: Primeiro navio partindo do Porto de Chancay, Peru, chega a Shanghai. Xinhua, China, 18 dez. 2024. Xinhua news. Português. Disponível em: <https://portuguese.xinhuanet.com/20241218/1ceb3546ae6c46f799091842083ff06a/c.html>. Acesso em: 19 maio 2025.

FERNANDES, Marcelo Pereira. **A Etiópia nos BRICS – e a união com a China**. 2023. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2023/09/21/a-etioopia-nos-brics-e-a-uniao-com-a-china/>. Acesso em: 19 maio 2025.

FERROVIA construída pela China em harmonia com a conservação da vida selvagem no leste da África. Xinhua, China, 19 dez. 2022. Xinhua news. Português. Disponível em: <https://portuguese.xinhuanet.com/20221219/0c3711336968408bbfbc3fb83c186bcd/c.html>. Acesso em: 19 maio 2025.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Editora Rocco, 2015

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IQBAL, Badar Alam; RAHMAN, Mohd Nayyer; SAMI, Shaista. Impact of belt and road initiative on asian economies. **Global Journal of Emerging Market Economies**, Budapest, v. 11, n. 3, p. 260-277, 2019.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XX**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história?** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. Tradução de Nélcio Schneider e Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAZZI, Diego Henrique Alvarenga. **O projeto da Nova Rota da Seda: uma possível reordenação dos fluxos comerciais internacionais**. 2020. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

PARQUE industrial da Etiópia construído pela China gera 20 milhões de dólares em exportações em 6 meses. Xinhua, China, 22 mar. 2022. Xinhua news. Português. Disponível em: <https://surl.li/godbm>. Acesso em: 19 maio 2025.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Thiago. **A China e a nova rota da seda: da reconstrução nacional à rivalidade sino-estadunidense**. São Paulo: Editora de Cultura, 2024.

Osmar Fabiano de **SOUZA FILHO**
Nathalia Moraes **MARCOLIN**
Lêia Aparecida **VEIGA**

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SALEEM, Kaleem. **China's belt & road initiative: the case of Pakistan (2015–2020)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1409134>. Acesso em: 19 maio 2025.

WEBER, Isabella M. **Como a China se livrou da terapia de choque: o debate sobre a reforma econômica e a nova ascensão do país**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

Recebido em: outubro de 2024

Aceito em: maio de 2025